ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO ATUAL E OS DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

*High school in the current context and the challenges
of access and stay*

RESUMO O artigo propõe analisar a evasão no primeiro ano do ensino médio, em uma escola do município de Frederico Westphalen, estabelecendo os índices comparativos de evasão dos alunos antes e após a implementação do Ensino Médio Politécnico, entre os turnos diurno e noturno; discutir a importância de gestores democráticos e participativos na elaboração de ações para reter a evasão. O estudo abrangeu os anos de 2009 a 2013, sendo que nos últimos dois anos (2012 e 2013) houve a implementação do Ensino Médio Politécnico. A evasão é um fator preocupante nesta etapa da educação básica e tem refletido nos baixos índices das avaliações em larga escala. O estudo inscreve-se numa abordagem qualitativa, quantitativa e descritiva e, para que fosse possível analisar as relações necessárias, foram realizados apontamentos acerca da realidade estudada, ou seja, estudo e pesquisas investigativas sobre evasão, ancoradas em Queiroz, Sousa, Vieira e Vitelli. O estudo aponta para um alto índice de evasão na escola, mesmo com a implementação do Politécnico, principalmente no período noturno. A importância de tal estudo situa-se na necessidade de conhecer a realidade local, vislumbrando ações que possam contribuir, com mudanças, no sentido de melhorar a qualidade da educação.

PALAVRAS-CHAVE: ENSINO MÉDIO. ACESSO E PERMANÊNCIA. POLÍTICA EDUCACIONAL.

ABSTRACT This article aims to analyze school evasion on High School's first grade in a Frederico Westphalen's school, establishing evasion comparative indexes before and after Polytechnic High School, both on daytime school period and at night school period. Also, we aim to discuss about the importance of democratic and participative managers elaborating actions in order to retain evasion. This study considered from 2009 to 2013, taking into account that in 2012 and 2013 there was Polytechnic High School's implantation. Evasion is a critical factor in this stage of basic education and it has reflected on low indexes of large-scale evaluation. The study has qualitative, quantitative and descriptive methodological approach. In order to make it possible to analyze the necessary relations, we talk about the studied reality, in other words, we studied and made investigative researches about evasion, mainly on Queiroz, Sousa, Vieira and Vitelli. The study exposes a high index on school evasion, even with the implementation of the Polytechnic, mainly at the night period. The importance of this study is on the necessity of knowing the local reality while we pay attention on actions that can contribute to changes in the sense of having more quality on education.

KEYWORDS: HIGH SCHOOL. ACCESS AND PERMANENCE. EDUCATIONAL POLICY.

ELIANE MARIA COCCO

Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e
das Missões (URI), Frederico
Westphalen/RS – Brasil

EDITE MARIA SUDBRACK

Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e
das Missões (URI), Frederico
Westphalen/RS – Brasil

CAMINHOS INTRODUTÓRIOS

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa realizada numa escola pública de Frederico Westphalen, com o primeiro ano do Ensino Médio, a fim de verificar os índices de evasão dos alunos, bem como estabelecer os índices comparativos dos estudantes que evadem no primeiro ano do Ensino Médio, anterior e posterior a implementação do Ensino Médio Politécnico¹, no Estado do Rio Grande do Sul, e entre os turnos diurno e noturno, e, também, discutir a importância da gestão democrática e participativa na elaboração de ações para conter a evasão.

A evasão é um obstáculo presente nas escolas de Ensino Médio. Através da experiência e vivência com escolas deste nível de ensino que enfrentam o problema da evasão, e por observar e defrontar com outras realidades, teorias e experiências, constitutivas de uma determinada visão de mundo, derivou-se esse processo de investigação.

A pesquisa inscreveu-se numa abordagem qualitativa, quantitativa e descritiva. Foram analisadas as atas finais dos primeiros anos do ensino médio, no período de 2009 a 2013, a fim de apurar o número de alunos matriculados em cada ano, comparando esses dados com a quantidade de evadidos. Essas informações poderão contribuir com ações para minimizar a problemática existente, possibilitando discussões e decisões que venham a concorrer para a permanência e o sucesso dos jovens na escola.

O texto proposto está dividido em quatro partes, além da introdução e conclusão. Na primeira parte foi realizada, de forma sintetizada, a contextualização da educação e da pesquisa, no que se refere à permanência do

jovem no Ensino Médio. No segundo tópico, foram reunidos estudos sobre o fenômeno da evasão. No terceiro item, foi destacado o papel do gestor no processo de evasão e contensão desse fenômeno. Na quarta parte, reuniram-se os resultados da pesquisa empírica e as discussões sobre os dados coletados, iluminados pela base teórica e experiências vivenciadas.

CONTEXTUALIZANDO O TEMA E A PESQUISA

A educação pública brasileira tem sido movida por desafios complexos. São vários os fatores que têm gerado resultados questionáveis nas avaliações em larga escala demandadas pela Política Educacional, um exemplo é a evasão escolar no Ensino Médio da rede pública, em nível nacional.

Este tema vem sendo abordado, discutido e pesquisado por vários estudiosos como Queiroz, Sousa, Vieira e Vitelli. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996, em seu art. 2º, é bastante clara a respeito da responsabilidade de educar: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Evidencia-se, neste esforço, a proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que vigorará por dez anos, e que estabelece diretrizes, objetivos e prioridades por níveis e modalidades de ensino, além de tratar da formação de professores. A meta 03 do PNE se refere à universalização para toda a população de 15 a 17 anos, até 2016, e elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% até o final da vigência do plano. Para que a meta seja cumprida, foram estabelecidas 14 estratégias. Todas as estratégias são importantes, no sentido da permanência do jovem na escola: renovação do ensino médio de maneira a incentivar abordagens interdisciplinares, currículo articulado entre teoria e prática, manter ações e programas para correção de fluxo no ensino fundamental, fomentar e aumentar de forma gratuita o ensino médio integrado à educação profissional, estruturar e fortalecer

¹ O Ensino Médio Politécnico teve seu início em 2012. A iniciativa tem entre seus objetivos propiciar o desenvolvimento dos alunos, assegurando-lhes a formação comum indispensável ao exercício pleno da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores; qualificar o estudante enquanto cidadão, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, nas práticas pedagógicas. Além disso, pretende-se a redução da evasão e da repetência nesta modalidade de ensino e trazer para os bancos escolares cerca de 70 mil jovens que estão fora da escola. (Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/ens_medio.jsp?ACAO=acao10>. Acesso em: 29 de set. 2016)

cer o acompanhamento dos estudantes beneficiários de programas de renda quanto à frequência, aproveitamento escolar, políticas de prevenção à evasão, criando redes de proteção contra formas associadas de exclusão, estímulo aos alunos nas áreas tecnológicas e científicas, entre outras (BRASIL, 2015).

Salienta-se que as ações previstas no PNE são significativas, mas reforça-se a participação de toda a comunidade escolar para que se façam debates e discussões no sentido de colaborar para uma efetiva mudança de comportamento e atitude, permitindo, ao aluno, concluir seus estudos com autonomia e responsabilidade, buscando sucesso na vida profissional e pessoal. Tal necessidade apoia-se em Shiroma (2011), quando alerta que as políticas educativas sempre foram colocadas sobre dois paradoxos: de um lado com leis, decretos que se preocupam com a educação, com qualidade de ensino, que exigem qualidade e competência; mas, por outro lado, enchem as salas de aulas de alunos, não valorizam financeiramente os professores, não investem na formação dos profissionais, nem na estrutura educacional.

O que se observa é que nem todos os indivíduos estão recebendo a educação que deveriam para concluir todas as etapas de escolaridade obrigatória. Na visão de Carneiro (2012, p. 81), “o nosso sistema público de ensino não é verdadeiro republicano”. O autor considera alguns temas como sendo o nó do Ensino Médio: a) à **docência como campo de trabalho**: no Brasil há um contingente expressivo de docentes que não possuem formação

pedagógica necessária para a sua atuação didática e disciplinar e nem o domínio adequado dos conteúdos que ministram; b) **o docente como profissional**: à docência, hoje, é considerada uma profissão com um grau elevado de vulnerabilidade; c) **o Ensino Médio sem significado** essa etapa tem sido reduzida à preparação para o Enem e vestibulares; d) **o salário docente**: a remuneração baixa leva os professores à evadirem do Ensino Médio e atuarem em outras áreas (CARNEIRO, 2012).

Vários programas governamentais têm sido criados e implementados, como Bolsa Família, Mais Educação, Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE), entre outros, mas que não têm dado conta de garantir que o jovem permaneça na escola e que obtenha sucesso enquanto estudante. A problemática da evasão não pode ser naturalizada pela escola/gestores ou pelas políticas públicas educacionais. Trata-se de um aspecto complexo, que envolve fatores intrínsecos e, também, extrínsecos à escola, e sobre os quais se impõem a contribuição das políticas públicas e do núcleo familiar. A escola e os demais atores contribuem como mecanismos de apoio.

É preocupante o número de crianças que iniciam na educação infantil e que não terminam o ensino médio. Como mostra a tabela 1, em nível nacional, percebe-se que o número de jovens com ensino médio em 1991 era 13%, e em 2010 passou para 41%. Um aumento significativo, mas ainda longe de atingir a maioria dos cidadãos. Grande parte daqueles que têm acesso não permanecem e não concluem o Ensino Médio.

Tabela 1- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes- Brasil (1991-2000-2010)

	1991	2000	2010
% população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola	37,3%	71,5%	91,1%
% população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental	36,8%	59,1%	84,9%
% população de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo	20,0%	39,7%	57,2%
% população de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo	13,0%	24,8%	41,0%
IDHM* Educação	0,279	0,456	0,637

Fonte: Adaptado – Atlas Brasil (2013).

* O IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano, durante duas décadas da história brasileira. O componente Educação é composto pela expectativa de anos de estudo, pela taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos de idade, pela taxa de frequência bruta ao básico e pela taxa de frequência líquida ao básico.

No município de Frederico Westphalen, como mostra a tabela 2, a proporção de crianças na escola cresceu consideravelmente em todos os níveis de escolarização. A população de jovens com ensino médio completo pas-

sou de 10,6%, em 1991, para 56,43%, em 2010. Apesar de o crescimento ter sido expressivo, ainda, no município, mais de 43,57% de jovens não possuem o ensino médio completo, na idade certa.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Frederico Westphalen – RS

	1991	2000	2010
% população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola	36,68	70,95	93,63
% população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental ou fundamental completo	61,26	79,81	94,34
% população de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo	29,64	60,24	63,60
% população de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo	10,60	48,23	56,43
IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) Educação	0,329	0,569	0,688

Fonte: Adaptado – Atlas Brasil (2013).

Aponta-se, através dos dados acima expostos, que o número de jovens que não concluem o Ensino Médio, ou que o concluem com atraso de idade, é, ainda, elevado, apesar de vários estudos e incentivos

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/ MEC) traz, em sua página, alguns indicadores educacionais que são de grande importância para esse estudo. A tabela 3 foi organizada a partir dos dados sobre o rendimento dos estu-

dantes a nível nacional e traz as taxas de aprovação, reprovação e abandono do 1º ano do Ensino Médio. Observa-se que a taxa de evasão² está diminuindo, em 2007 era de 16,5% e, em 2013, foi de 10,1%, mas, mesmo assim, é um número considerável. A taxa de reprovação não teve muitas mudanças: em 2007 era de 16,4% e, em 2013, passou para 16,7%. Quanto à aprovação, nesta série, houve alguma evolução, passando de 67,1%, em 2007, para 73,2%, em 2013. A tabela 3 demonstra essa situação.

Tabela 3 - Taxa de aprovação, reprovação e abandono no 1º ano do ensino médio no Brasil

Ano	% Aprovação	% Reprovação	% Abandono
2007	67,1	16,4	16,5
2008	67,8	16,3	15,9
2009	68,6	17,3	14,1
2010	74,8	10,4	14,8
2011	70,2	18	11,8
2012	71,6	16,8	11,6
2013	73,2	16,7	10,1

Fonte: Adaptado – Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) (2015).

² Neste texto, evasão e abandono estão sendo utilizados como sinônimos.

Um fator importante, e que pode estar relacionado à desmotivação dos estudantes, é com relação à taxa de reprovação, que ainda é elevada. Sousa et. al. (2011, p. 28), em suas leituras, afirmam que

a literatura a respeito do fracasso escolar aponta que, se por um lado há aspectos externos à escola que interferem na vida escolar, há, de outra parte, aspectos internos da escola que também interferem no processo socioeducacional da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, que, direta ou indiretamente, excluem os pobres da escola, seja pela evasão, seja pela repetência (SOUSA et al, 2011, p.28).

Nesse sentido, decidiu-se fazer uma investigação, em uma escola de Ensino Médio de Frederico Westphalen, com a finalidade de obter dados que nos possibilitem avaliar a evasão no Ensino Médio, evidenciando o papel da escola e da gestão frente a esse problema.

A amostra estudada foi composta pelas turmas do primeiro ano do Ensino Médio, de uma escola de Frederico Westphalen, RS. A cidade escolhida se deve ao fato das autoras atuarem na cidade e desenvolverem o projeto junto a uma universidade local, além do que, uma das autoras trabalha na escola pesquisada e, dessa forma, pode colaborar com as discussões para a busca de ações que minimizem o fator evasão.

A cidade conta com aproximadamente 29.000 habitantes, dos quais, cerca de 1.482³ estão matriculados no Ensino Médio. Na cidade, esta etapa de ensino é ofertada por uma instituição federal, uma particular, duas estaduais, até 2011. A partir de 2012, mais uma escola estadual passou a ofertar Ensino Médio. A escola analisada situa-se no centro da cidade e disponibiliza o Ensino Médio no diurno (no período da tarde) e no noturno. No ano de 2013, o número de matriculados no primeiro

ano do Ensino Médio foi de 71 no diurno e 89 no noturno, totalizando 160 alunos. A maioria dos alunos reside nos bairros da cidade.

Por se tratar somente de uma instituição, a investigação configurou-se como um estudo de caso. Foram coletados os dados a partir de 2009, pois, neste ano, a escola passou a assegurar o Ensino Médio no turno da tarde, antes somente oferecido no noturno. Nesse sentido, poder-se-á fazer um comparativo entre os dois turnos (diurno e noturno). Também, será possível contrapor dados antes da implementação do Ensino Médio Politécnico, pois, foram analisados três anos antes, e dois anos com esta modalidade efetivada. É importante ressaltar que a escolha do primeiro ano se deve ao fato de ser historicamente neste período (1º ano do Ensino Médio) que ocorre o maior índice de evadidos.

Para a execução deste estudo, as etapas da metodologia previam: revisão permanente da literatura sobre o assunto, com o objetivo de refletir sobre o tema e afirmar as conclusões da pesquisa com os referenciais teóricos; realização de pesquisas qualitativa e quantitativas no site do INEP, nas atas e no sistema da escola, para buscar o número de matriculados e evadidos, a fim de compor o cenário de evasão e repetência; realização de análise qualitativa de conteúdo, identificando aspectos subjetivos que podem estar contribuindo para o aluno evadir de seus estudos.

Após a coleta dos dados, realizou-se a análise e a interpretação. De acordo com Gil (1999, p. 168), a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Dessa forma, na análise dos achados de pesquisa, pretende-se mostrar em forma de tabelas e gráficos os resultados encontrados, estabelecendo uma relação entre os dados empíricos e a teoria.

³ Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O FENÔMENO DA EVASÃO ESCOLAR

Evasão é um fenômeno relacionado “com a perda de alunos que iniciam, mas não concluem seus cursos e configura-se como desperdício social, acadêmico e econômico. É um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral” (VITELLI, ROCHA E FRITSCHE, 2010, p. 01).

Alguns autores destacam vários intervenientes e práticas que, ao invés de incluírem o aluno, acabam por excluí-lo da escola. Estes elementos podem estar ligados à própria escola, à família, à sociedade, ao próprio aluno, entre outros. Para Mendes (2013, p. 264), “dentre os diversos fatores que estão associados à evasão escolar, muitos deles provêm da motivação do aluno, fazendo com que esta variável anteceda, ou mesmo, possa ser a causa do desengajamento do estudante do universo escolar”. Ressalta-se, nesse sentido, a importância e a necessidade de espaços democráticos de participação e discussão, com o envolvimento de todos os segmentos que integram a instituição escolar.

Assumpção (2010, p. 233- 234) assevera que a

educação com qualidade social e a democratização da gestão implicam a garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade, tendo em vista a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas. Implicam ainda, processos de avaliação capazes de assegurar a construção da qualidade social inerente ao processo educativo, de modo a favorecer o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos, compreendendo as necessidades do mundo do trabalho, os elementos materiais e a subjetividade humana (ASSUMPÇÃO, 2010, p. 233-234).

É importante observar que todos têm direito à educação com qualidade, e para que isso aconteça, as políticas educacionais precisam ser colocadas em prática em benefício de todos, e não de uma minoria. Destaca-se que as gestões estejam organizadas e preparadas, com o objetivo de constituir elementos integradores e responsáveis pela articulação e acompanhamento das ações voltadas para a permanência dos jovens na escola, concluindo, assim, este nível de escolaridade com sucesso, no que se refere a sua aprendizagem. Queiroz (2014, p. 01) defende que a “educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade. Pois, o que se observa, é que a educação não tem sido plena nesses dois aspectos”.

Sabe-se que, ao ingressar no Ensino Médio, os jovens trazem uma bagagem de vivências socioculturais que, por vezes, se chocam com a escola, sentindo dificuldade de serem aceitos e acolhidos. O desencadeamento de um maior diálogo entre o mundo da vida e o mundo da escola poderia reduzir a rejeição dos jovens em relação à dinâmica escolar.

Com efeito, intenta-se produzir, nos alunos de Ensino Médio, a passividade, a obediência, numa alusão à educação bancária de que fala Freire (1987). Vendo frustradas suas expectativas, resta, ao jovem, evadir-se, demitir-se da escola.

Através de vários estudos na área, e pelo convívio com alunos do Ensino Médio, ressaltam-se alguns fatores gerais que levam os jovens a abandonar a escola. Muitos jovens, nessa etapa da escolarização, precisam contribuir com o sustento da família, e, para isso, necessitam trabalhar, logo, dependendo dos horários ou do tipo de tarefa executada, acabam se afastando da escola. Outra causa é a falta de incentivo por parte da família, visto que muitos pais têm baixa escolaridade e não conseguem acompanhar seus filhos nas atividades, ou pelas baixas condições econômicas dessa família. Outros olhares dão conta de que o problema está no próprio sistema

educacional, seja pelas condições físicas da escola, seja pela forma de ensino dos professores, ou pelo desconhecimento da realidade desses jovens. Carneiro (2012, p. 37) aponta os dados produzidos pela Fundação Getúlio Vargas, revelando os motivos do abandono escolar no Ensino Médio: “10,9% dos alunos têm dificuldade de ir para a escola e de retornar, 27% alegam que precisam trabalhar e 47% acham a escola desinteressante”.

Fornari (2010) sustenta que a evasão não revela apenas vontades individuais, mas de dois fatores:

1. Da maneira como a escola se organiza e, dentro disso, da postura adotada pelos professores em relação não apenas ao aluno, mas, inclusive, à história desse aluno; 2. De qual herança cultural, social e econômica o aluno dispõe como base para seu desenvolvimento intelectual (FORNARI, 2010, p.122).

A autora advoga que para haver mudanças profundas no sistema educacional e resolver o problema da evasão e da reprovação não basta resolver o problema do acesso à escola, é preciso que haja uma “ruptura com as relações sociais que estão sob controle do sistema do capital” (FORNARI, 2010, p. 123).

Não é possível culpabilizar as crianças e os jovens pelo fracasso escolar e pelo abandono. Antes disso, há que se trazer para a discussão, a forma como a sociedade está organizada, ou seja, uma sociedade capitalista, na qual os desiguais são tratados como iguais, onde a competitividade parece ser a finalidade da busca por conhecimento, o individualismo tem sido propalado, a eficiência é corporificada, onde os melhores obtêm sucesso e os outros apenas continuam sendo outros. Essa sociedade adotou a dominação, a opressão e a exploração como formas de desenvolvimento.

E a escola tem tratado dessas questões? Ou tem se imbuído desses valores e agido de forma semelhante? Qual é o papel da escola frente ao problema da evasão, da repetência e

de tantos problemas que perpassam pela teia do fracasso escolar? Qual o papel do gestor e da sua equipe na busca de soluções para amenizar estes problemas? E do professor e funcionários? Qual é a função da família no que se refere à educação escolar dos seus filhos? Será que temos respostas para esses e outros questionamentos? Fornari (2010, p. 118) ressalta que “a educação tem a resposta para seus próprios problemas; resposta, não solução, pois a solução dos problemas como evasão e reprovação escolar não necessariamente estão na escola, mas na transformação social.”

O GESTOR ESCOLAR X EVASÃO ESCOLAR

A escola, enquanto um espaço do qual se espera produtividade pedagógica, que forme pessoas com capacidade de criar, inventar e que os alunos que por ali passam sejam cidadãos responsáveis e atuantes na sociedade, promovendo o bem e a justiça social, precisa estar preocupada com a realização de uma gestão que desenvolva ações qualificadas.

Ao se tratar do assunto evasão, entende-se que uma gestão escolar necessita, em primeiro lugar, conhecer os seus alunos, a partir de um diagnóstico que precisa ser realizado no momento da matrícula. Além disso, a gestão escolar tem que propiciar espaços de participação, de troca de ideias e de sugestões entre toda a comunidade escolar; precisa incentivar a participação de todos nos processos de tomada de decisões; acompanhar o processo pedagógico dos professores; abrir espaços para a discussão (re)elaboração e vivência do projeto político pedagógico; juntamente com os professores, estabelecer prioridades para os planos de ensino; acompanhar o desempenho dos alunos e estar em contato com as famílias, tomando conhecimento sobre suas vivências, auxiliando-os nas suas necessidades.

O desafio do gestor é o de desenvolver a coletividade e a participação, garantindo o acesso e a permanência dos estudantes na escola, e que a educação oferecida a eles seja comprometida nos valores da equidade, igualdade e qualidade. A gestão é a “mediação para o alcance dos objetivos desta função

social da escola que valoriza a construção coletiva de fins, o que, de certa forma, consubstancia-se na política e na filosofia da ação que ela deve servir” (ABDIAN e HERNANDES, 2012, p. 149). Dessa forma, pressupõe-se que, quanto maiores e melhores organizados e identificados forem os objetivos, melhores serão as ações e maior será “a importância das mediações para se conseguir realizá-los” (PARO, 2010, p. 765). Entende-se que os fins a que se propõe chegar dependem da importância que damos à realidade. Quanto maior for a preocupação, o envolvimento, o amor pelo que se faz e onde se faz, maior será a busca por conhecimento e de engajamento para poder transformar a realidade.

Para Carneiro (2012, p. 37), “a cultura ditada da escola de Ensino Médio conduz, muitas vezes, o aluno trabalhador da escola pública noturna, a **ocultar** sua identidade, à medida que não oferece espaços para **desocultar** o contexto em que vive.” Na escola, precisa-se dos bens materiais, de uma estrutura adequada, mas, também, de pessoas envolvidas, que usem esses materiais para a produção de conhecimento, de pessoas mais humanas, mais solidárias. A escola só vai funcionar se tiver recursos subjetivos, que deem vida aos objetivos. Mesmo para buscar mais recursos materiais é necessário que haja um querer, um olhar diferenciado por parte dos sujeitos. Necessita-se, nas escolas, de pessoas engajadas, envolvidas, que o coletivo seja a base de tudo. Por isso, enfatiza-se, novamente, sobre a importância de se ter objetivos a serem alcançados e interesse e dedicação por parte dos sujeitos envolvidos no processo para que realmente esses propósitos sejam concretizados.

A educação pode ser entendida como a apropriação da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, o espaço de sistematização do saber. Por isso, a escola precisa ser organizada em suas ações educativas, para que atinja os objetivos de formar sujeitos participativos, críticos e criativos. Nesta perspectiva, reaviva-se a importância do Projeto Político Pedagógico, pois ele

tem como foco o aluno, a sua formação e aprendizagem e a organização do processo pedagógico para promover essa formação e aprendizagem. Em vista disso, ele engloba o planejamento curricular, isto é, o conjunto das experiências a serem promovidas pela escola para promover a formação e aprendizagem dos alunos (LÜCK, 2009, p.38).

Entende-se que a escola não é espaço somente de aprendizagem de conteúdos, de teorias, mas de vivências, de experiências que desenvolvam nos sujeitos a sua formação intelectual e social para que ele atue no meio em que vive de forma responsável, crítica, participativa, colaborando para uma sociedade mais coletiva e humana. Para tanto, a educação escolar

deve vincular-se às práticas sociais e ao mundo do trabalho, inspirar-se nos ideais de solidariedade e apreço à tolerância e princípios de pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, de igualdade de oportunidades para todos terem sucesso, pautados por padrões de qualidade de ensino (LÜCK, 2009, p.20).

Sendo assim, defende-se uma escola que repense suas práticas pedagógicas, seu currículo, e que articule conhecimentos teóricos com suas vivências, propiciando oportunidades a todos os alunos de concluir seus estudos com qualidade e no tempo certo à sua faixa etária.

A razão de existir da gestão educacional é a instituição de ensino e o trabalho que nela se realiza. Assim sendo, a gestão escolar orienta-se para assegurar aquilo que é próprio de sua finalidade – promover o ensino e a aprendizagem, viabilizando a educação como um direito de todos, conforme determinam a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (VIEIRA, 2007, p. 63).

Lück (2000) destaca que os estabelecimentos de ensino e as escolas são organismos vivos, marcados pela pluralidade, pela controvérsia, por uma rede de relações entre os indivíduos que aí convivem e atuam, interferindo direta ou indiretamente, e que estão em busca de um novo enfoque de organização. A autora ressalta que a escola é, assim, instigada a assumir ações, conhecimentos, atitudes e habilidades e que não existem modelos a serem seguidos, mas apenas concepções. Nesta perspectiva de mudança, o trabalho da direção da escola “passa a ser entendido como um processo de equipe, associado a uma ampla demanda social por participação” (LÜCK, 2000, p.15).

A autora chama a atenção de que dar oportunidade às pessoas participarem e assumirem-se responsáveis pelos resultados é o que estará levando-as a construção e conquista da autonomia. Os sujeitos, dessa forma, “sentem-se parte orgânica de uma realidade e não apenas como um apêndice da mesma, ou simples instrumento para realizar objetivos institucionais determinados por outros” (LÜCK, 2008, p. 23).

Nesta ótica, a escola é um espaço, por excelência, da democratização e, no seu interior, pode-se propiciar o debate do cotidiano e das projeções de futuro. Para que tal horizonte de participação se viabilize, há que se compreender a função social e política da escola, lócus privilegiado da educação formal e, também, de sua contribuição ao processo de transformação social.

REVELAÇÃO DOS DADOS APURADOS

O estudo teve início no primeiro semestre de 2014. Primeiramente, tinha-se por objetivo estabelecer os motivos que levam o aluno do primeiro ano do Ensino Médio Politécnico a evadir e verificar o papel da escola ou da gestão no acompanhamento destes alunos. Elaborou-se um roteiro de perguntas, com a finalidade de entrevistar os alunos evadidos no ano de 2013 e, também, os gestores da escola. Num primeiro momento, tentou-se conseguir os endereços dos estudantes, para

isso foram realizadas visitas na secretaria da escola, sendo liberado o acesso às pastas dos alunos. De alguns alunos não encontrou-se nenhum documento. A secretária informou que quando um aluno faltava muito, a escola entrava em contato para saber os motivos e informava que, caso ele não voltasse às aulas, deveria retirar seus documentos da escola, responsabilizando-os por sua evasão. Com o endereço dos demais alunos em mãos, partiu-se a campo para encontrá-los, mas a maioria não morava mais no local. Como encontrou-se somente uma jovem que respondeu a entrevista, e não foi possível entrevistar a direção, não efetivou-se uma análise qualitativa/subjetiva. Nesse sentido, optou-se por sondar somente os dados numéricos que foram obtidos na secretaria da escola, nas atas dos respectivos anos.

A secretária da escola acentuou que os dados apresentados eram parcialmente verdadeiros, pois acontecia, algumas vezes, de os professores não fazerem o registro das faltas e, assim, estes alunos não constariam como evadidos. A secretária enfatizou, também, que, no ano de 2013, receberam orientação para que, dos alunos evadidos no último trimestre, não fossem computadas as faltas e se colocasse os mesmos como reprovados.

Tentou-se conseguir os diários de classe para conferir as faltas, todavia não estavam arquivados na secretaria da escola. Outra constatação importante foi de que no mês de maio alguns alunos constaram como transferidos, e no trimestre seguinte, como evadidos. Essa constatação foi justificada pela escola, afirmando-se era muito cedo para que o aluno aparecesse como evadido, então, era transferido para outra turma e no segundo trimestre, consequentemente, colocava-se evadido. Tal prática evidencia uma tarefa de ocultação da problemática e não de atenção ao fenômeno da evasão.

Há que se ressaltar, ainda, o fato de que alguns professores não faziam a chamada das turmas com regularidade e, dessa forma, os alunos que estariam infrequentes apareciam com presença.

Serão expostos, aqui, os dados de 2009 a 2013, obtidos na secretaria da escola, através do livro de atas do final de ano e da lista de alunos de cada turma, nos quais eram feitas anotações durante o ano, como transferências, reprovação e evasão. O objetivo era o de analisar os diários de classe dos professores para comparar com as faltas do sistema, mas não se obteve acesso aos mesmos. Além da dificuldade do acesso aos dados, ressaltase que poderia não haver compatibilidade com as faltas dos alunos.

Para o cálculo percentual dos dados que serão expostos, foram considerados os estudantes transferidos, mas essas transferências, principalmente no turno da tarde, eram para a mesma escola, no turno da noite.

A escola trabalha com Ensino Médio diurno e noturno, sendo que a opção diurna passou a fazer parte do educandário a partir de 2009⁴. A escola situa-se no centro da cidade, no turno da manhã atende alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, no turno da tarde trabalha com os alunos do Pré-escolar ao 4º ano e Ensino Médio e pela parte da noite, somente Ensino Médio. No total, em 2013, foram 404 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 332 estudantes no Ensino Médio, perfazendo um total de 736 alunos.

A instituição foi implantada no ano de 1935, sendo a mais antiga da cidade. Na sua

estrutura física, além das salas de aula, tem refeitório, auditório, laboratório de informática e de ciências, biblioteca, sala de Atendimento Educacional Especializado, sala dos professores, uma quadra para prática de esportes, que ainda não está coberta, e uma pequena área coberta para os alunos circularem em dias de chuva. Quanto ao número de profissionais, a escola conta com aproximadamente 80 profissionais, atuando nos três níveis de ensino. Possui equipe diretiva composta por diretor, três vice-diretores, um coordenador pedagógico para cada nível de ensino⁵.

Na tabela 4, observa-se que o número de alunos matriculados, no noturno, diminui significativamente nesses dez anos, passando de 129 alunos, em 2009, para 89, em 2013, uma redução de 31%. Tal redução talvez se justifique pelo fato de que em 2012 outra escola pública do município passou a ofertar este nível de ensino. Na mesma tabela, observa-se que o número de alunos evadidos também é elevado, varia de ano, e teve seu ápice em 2011 com 35 alunos evadidos.

Na tabela 5, observa-se um acréscimo dos alunos matriculados no primeiro ano no diurno. Em 2009 eram 38 alunos e, em 2013, passaram a ser 71, um aumento de 86,8%. No que se refere aos estudantes que abandonaram a escola, no ano de 2009 e 2012 não houve evasão, mas em 2013 foram 04 alunos evadidos.

Tabela 4: Alunos matriculados e evadidos no 1º ano do Ensino Médio da escola, no noturno (2009 a 2013).

ANO	MATRICULAS	EVASÃO
2009	129	23
2010	126	27
2011	115	35
2012	105	28
2013	89	13

Fonte: Elaboração das autoras diante dos dados retirados dos documentos escolares.

⁴ A tardia oferta do Ensino Médio, nesta instituição, chama atenção, já que a escola tem 80 anos de existência, com tradição no Ensino Fundamental.

Tabela 5: Alunos matriculados e evadidos no 1º ano do Ensino Médio da escola, no diurno (2009 a 2013).

ANO	MATRICULAS	EVASÃO
2009	38	0
2010	71	2
2011	52	2
2012	71	0
2013	71	4

Fonte: Elaboração das autoras diante dos dados retirados dos documentos escolares.

⁵ O coordenador do Ensino Médio só atuava no noturno.

Analisando os dados das tabelas 4 e 5, percebe-se que, no noturno, a evasão é muito mais significativa do que no diurno. Buscando algumas respostas, investigou-se o número de alunos reprovados, transferidos e aprovados, a fim de tentar estabelecer possíveis relações.

Ao comparar-se o percentual de evadidos, aprovados, reprovados e transferidos, no noturno, com o número de matriculados, observa-se que: nos cinco anos analisados, a média de aprovados foi de 38,14%, sendo que a menor taxa de aprovados foi 33,3%, em 2010, e a maior taxa de aprovados foi 42,6%, em 2009. A evasão, juntamente com a reprovação, é um problema sério. A reprovação atingiu uma média de 26,96% dos alunos no período analisado, sendo que no ano de 2012 houve o menor percentual (20%) e no ano de 2010 o maior (35,7%). Já a evasão teve uma média de 22,22% nos cinco anos e no ano de 2013 ocorreu a menor taxa de evasão (14,6%) e 2011 o maior número de evadidos (30,5%).

A evasão, no Ensino Médio noturno desta escola é um fator preocupante, assim como a reprovação. Uma escola que não consegue atingir 50% de aprovados numa determinada

série precisa fazer uma auto avaliação. A equipe diretiva deve estabelecer um diálogo com todos os segmentos da escola para que, juntos, possam compor iniciativas, objetivando a diminuição desses índices e a melhora da qualidade educativa. Torna-se fundamental um estudo desses índices para que se entenda a gravidade do problema.

Em termos de Ensino Médio noturno, Sousa et. al. (2011, p. 26) evidencia que as metodologias adotadas nesse turno são as mesmas que o diurno

e, em alguns casos, a mesma carga horária, mas, sem o rigor adotado nas turmas regulares do período diurno. Esses estudantes ficam submetidos a um Ensino de qualidade duvidosa e de pouca ou nenhuma utilidade para a vida prática, acreditando que fracassaram.

No Gráfico 2, apresentam-se os percentuais de evasão no Brasil e verifica-se que os índices foram diminuindo de 2007 (16,5%) a 2010 (12,5%) e são menores do que os verificados na escola analisada.

Gráfico 1: Porcentagem de evadidos, reprovados, transferidos e aprovados no 1º ano do Ensino Médio noturno (2009-2013).

Fonte: Elaboração das autoras diante dos dados retirados dos documentos escolares

O governo estadual do RS, pensando em diminuir esses índices e melhorar a qualidade da educação no Ensino Médio, implementou, em 2012, o Ensino Médio Politécnico. Sabe-se que ainda é cedo para estabelecer comparativos de avanços na qualidade da educação, mas podem-se comparar os índices aqui elencados. Na tabela 6 apresenta-se um paralelo entre as porcentagens médias antes (2009-2011), e com o Ensino Médio Politécnico (2012-2013), no que se refere a alunos evadidos, transferidos, reprovados e aprovados da escola referida neste estudo.

Observou-se que no Ensino Médio noturno não houve mudanças significativas, sendo que a taxa média de reprovados diminuiu, aproximadamente, 5%, a de aprovados aumentou 2%. A média percentual de abandono diminuiu em 2%, e as transferências aumentaram 5%, com o Ensino Médio Politécnico. No Ensino Médio diurno, a média de reprovados baixou em 3% e de aprovados aumentou em 1%. A taxa de evasão permaneceu a mesma,

e as transferências aumentaram em cerca de 2%. Obviamente, ainda é cedo para fazer uma comparação mais aprofundada sobre as mudanças que o Ensino Politécnico trará, mas temos clareza que essa política pública não trará resultados imediatos, pois o Ensino Médio passa por sérias dificuldades em todas as suas dimensões (pedagógicas, infraestrutura, materiais, financiamento, qualificação...).

Neste momento, poder-se-ia perguntar, o que tem colaborado para que a evasão nessa escola seja tão elevada? Se o objetivo de entrevistar e dialogar com os alunos que abandonaram a escola em 2013 fosse atingido, se poderiam tirar conclusões pertinentes, contudo, ousa-se, simplesmente, a expor que a não continuidade dos estudos pelos alunos revela que não é suficiente o acesso de todos, sem a permanência na escola.

Salienta-se a necessidade de novas políticas públicas de valorização da educação, formação dos profissionais e políticas de gestão democrática que possibilitem a troca de

Gráfico 2: Porcentagem de abandono no 1º ano do Ensino Médio no Brasil (2007 a 2010)

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Séries Históricas e Estatísticas (adaptado pelas autoras).

Tabela 6: Porcentagem do aproveitamento escolar dos educandos do 1º ano do Ensino Médio antes do politécnico e com o politécnico, no ensino diurno e no noturno

	ANTES DO POLITÉCNICO		COM O POLITÉCNICO	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
Abandono	3	23	3	21
Reprovados	22	29	19	24
Aprovados	59	37	60	39
Transferidos	16	11	18	16

Fonte: Elaboração das autoras diante dos dados retirados dos documentos escolares.

ideias, de saberes e de pontos de vista, com o objetivo de compreender a realidade, diagnosticar os problemas e, dessa forma, propor alternativas de superação. Carneiro (2012, p. 28) sustenta a afirmação de que “as escolas continuam com os mesmos e crônicos problemas simplesmente porque o Ensino Médio persiste com o rumo distorcido e a educação básica, fora do alcance visual das prioridades nacionais.”

Torna-se fundamental trazer para esta reflexão a afirmação de Carneiro (2012), no concerne às condições de trabalho que as escolas necessitam para desenvolver a sua função de ensinar pedagógica e socialmente. Essas condições, segundo o autor, envolvem questões materiais e de organização escolar, ou seja, envolvem a gestão e o núcleo pedagógico. Sobre os insumos necessários para se operar o currículo com jovens de Ensino Médio, Carneiro (2012, p. 73) destaca que devem ser

de **base material** (estrutura física e equipamentos), de **base gerencial** (tipo de gestão e flexibilização do planejamento), de **base mutacional** (qualidade dos recursos humanos e cultura da inovação) e de **base finalística** (missão da escola, perspectiva dos cursos, função das disciplinas e cultura da avaliação).

Para Carneiro (2012), o Estado brasileiro precisa tomar a decisão de reabilitar o Ensino Médio como etapa final da educação básica, conforme está estabelecido na Constituição

Federal e na LDB. Ensino Médio é educação básica, deve ser um dever do Estado e precisa ser prioridade.

REFLEXÕES FINAIS

Cientes de que as análises dos dados coletados e gerados representam um primeiro olhar sobre a evasão e repetência, entende-se que esta pesquisa pode ser aprimorada com mais suporte teórico e, também, com outras comparações dos dados coletados.

Lembra-se, nesse momento, que os dados sobre a evasão não são totalmente fidedignos, podendo ser ainda maiores. Há evidências de que podem ser distorcidos e mascarados pela escola, uma vez que não se encontrou nenhuma documentação de alguns alunos que foram matriculados, começaram a frequentar as aulas, estavam faltosos, todavia, no momento da pesquisa em campo, seus documentos não se encontravam mais na escola, constando como transferidos.

Sabe-se que os índices, aqui apresentados, precisam ser refletidos. A evasão na escola é uma realidade preocupante, principalmente no noturno. Também se verificou que não aconteceram melhorias significativas nos índices de retenção, com a implementação do Ensino Médio Politécnico, o que necessita ser debatido, já que um dos objetivos dessa modalidade de ensino é diminuir os índices de evasão e de repetência. Outro ponto importante, é que dos alunos matriculados, menos de 50%, são aprovados no noturno, inclusive em 2010 o número de reprovados foi superior ao de aprovados.

Mesmo que os indicadores pesquisados forneçam apenas informações quantitativas, algumas inferências podem ser feitas para melhor se entender o que eles retratam. O Estado utiliza-se de indicadores para o planejamento e implementação de políticas públicas, bem como para monitoramento e avaliação da qualidade educacional. E o espaço local, que é a escola, o que tem feito com esses números?

Com o intuito de colaborar com a busca de soluções para minimizar o problema da evasão, destacam-se algumas ações que vislumbram o sucesso de todos os estudantes e a sua permanência na escola: uma escola precisa ter, em seu Projeto Político Pedagógico, propostas que permitam ou possibilitem a permanência e o avanço dos estudantes nas instituições de ensino. Um bom começo seria o conhecimento da realidade dos alunos, através de uma pesquisa socioantropológica, que permita traçar o perfil dos estudantes. Outro ponto importante é dar atenção aos comportamentos, atitudes, movimentos, falas dos jovens, ou seja, indicadores que apontam para possível evasão. Para desenvolver esse trabalho, torna-se relevante a presença de profissionais capacitados como psicólogos, assistentes sociais, coordenador pedagógico. Espaços democráticos de participação, de estudo, de discussão, de troca de ideias entre todos os segmentos da escola, são, sem dúvida, fundamentais para que se possam construir propostas pedagógicas que permitam a progressão da maioria dos alunos. Somam-se as soluções já apresentados, a

existência do Grêmio Estudantil, que permita ao estudante um envolvimento nas questões administrativas e pedagógicas, assumindo responsabilidades e tendo oportunidade de tomarem decisões; a capacitação permanente dos profissionais é um dado imprescindível. Além disso, é de extrema importância que a escola seja um ambiente prazeroso, organizado, equipado, asseado, com profissionais realizados, acolhedores e que desenvolvam suas práticas voltadas para o desenvolvimento do potencial dos estudantes.

A participação efetiva se dá pela troca de ideias, de saberes, de pontos de vista, com o objetivo de compreender a realidade, diagnosticar os problemas e, dessa forma, propor alternativas de superação. A gestão escolar deve propiciar estudos e discutir “o papel de todos e de cada um na vida da escola, qual o significado pedagógico e social das soluções apontadas na decisão; que outros encaminhamentos poderiam ser adotados de modo a obter resultados mais significativos” (LÜCK, 2008, p. 45). O acesso dos jovens ao Ensino Médio, bem como a sua permanência, deve estar, permanentemente, presente nas reuniões, grupos de estudos e formações dos profissionais que vivem essa realidade.

Contudo, destaca-se que as observações, conclusões e reflexões aqui evidenciadas não são fechadas e que poderão receber outras contribuições para novos entendimentos e novas discussões, concorrendo para a redução significativa da evasão escolar.

REFERÊNCIAS

- ABDIAN, Graziela Zambão; HERNANDES, Elianeth Dias Kanthack. Concepções de gestão e vivência da prática escolar democrática. **RBPPE**, v. 28, n.1, p. 144-162, jan/abr. 2012.
- ASSUMPÇÃO, Eracilda de. Planejamento e Avaliação – uma interlocução necessária. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.) **Avaliação em Larga Escala: foco na escola**. São Leopoldo: Oikos; Brasília, Liber Livro, 2010.
- ATLAS BRASIL. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm >. Acesso em: 13 jan. 2015.

BRASIL. **Indicadores**. Disponível em :<<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais> >. Acesso em: 14 jan. 2015.

BRASIL. **Censo escolar e indicadores**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br> > . Acesso em: 14 jan. 2015.

BRASIL. **Ensino Médio Politécnico**. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/ens_medio.jsp?ACAO=acao1 >. Acesso em 15 jan. 2015.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O nó do Ensino Médio**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **REP - Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. **Série Históricas e Estatísticas**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MENDES, Marcelo Simões. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 261-265, abr./jun. 2013.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez., 2010.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. Disponível em: <<http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Proposta Pedagógica Para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio** - 2011-2014. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2015.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SOUSA, Antonia de Abreu et al. Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE**, v. 23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

VITELLI, Ricardo Ferreira; ROCHA, Cleonice Silveira; FRITSCH, Rosângela. **Estudo sobre evasão nos cursos de graduação de uma instituição de ensino superior privada**: aplicação de regres-

são logística. Produção do edital 38/2010, Programa Observatório de Educação INEP/CAPES, Núcleo em Rede, Projeto nº 44, Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática.

DADOS DAS AUTORAS

ELIANE MARIA COCCO

Mestra em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Frederico Westphalen/RS – Brasil. elianecocco31@gmail.com

EDITE MARIA SUDBRACK

Doutora em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Frederico Westphalen/RS – Brasil. sudbrack@uri.edu.br

Submetido em: 1-3-2015

Aceito em: 27-12-2016